

É preciso exigir qualidade para não banalizar a oferta



O presidente das Casas Açorianas defende que o turismo em espaço rural tem potencial de crescimento nos Açores, mas considera que são necessárias regras equitativas e um controlo de qualidade.

Reivindicou recentemente uma alteração da legislação do alojamento em espaço rural. De que forma é que proibição de criação de tarifas sem pequeno-almoço incluído tem prejudicado os empresários deste tipo de alojamento?

As unidades de turismo rural, tecnicamente designadas por TER, são obrigadas a apresentar preços aos clientes que, para além do alojamento, incluam o pequeno-almoço, o que, à partida, leva a apresentar um valor mais elevado do que se fosse só alojamento, como é óbvio. Esse preço de serviços conjugados vai competir com o de outras tipologias que não são obrigadas por lei a apresentar a refeição matinal ou que a vendem à parte, com vantagens competitivas em preço para estas segundas. O que propomos é que a legislação seja igual para todos, ou seja, que o pequeno-almoço não seja incluído na tarifa diária e que seja vendido, aos clientes que o solicitarem, com um preço à parte. Por outro lado, esta obrigação legal e outras afastam potenciais investidores para outras tipologias - optam pelo mais fácil. E é pena porque o TER poderia continuar cada vez mais sendo o produto-âncora que é, incluindo, em alguns casos, ser, por exemplo, um complemento de rendimento para explorações agrícolas já existentes que têm potencial para proporcionarem experiências únicas. Atenção, não pretendemos retirar o serviço de pequeno-almoço, pois é algo diferenciador e de qualidade muito apreciada, mas pela dimensão destas unidades, tendo em conta o número de clientes e principalmente a qualidade de tudo o que compõe, é algo que tem um 'costfood' muito elevado, quando comparado com outras unidades de tipologias diferentes, que têm custos baixíssimos e que o podem comercializar como opcional a preços que variam entre os 5 e mais euros por pessoa, quando conseguem preços médios

de custo dos produtos desde 1,28 euros. Futuramente, se todas as tipologias apresentarem preços sem pequeno-almoço, possivelmente haverá clientes mais bem informados que, mesmo hospedados noutras unidades, poderão querer uma experiência dum pequeno-almoço nas unidades TER. O pequeno-almoço nas unidades TER pode ser algo como qualquer outro produto da tipologia de animação e ocupação de índole de atração diferenciada. É um facto real a ter em conta que esta situação se verifica atualmente única e exclusivamente nos Açores.



Em que fase está esse processo de alteração da legislação? Há abertura das entidades oficiais para que isso aconteça? Está demorando e isso está prejudicando a evolução da tipologia TER?

Temos alertado há muito, nomeadamente através da associação Casas Açorianas, para a necessidade urgente de alterar a legislação, com abertura por parte da tutela, mas sem frutos, até agora. Provavelmente as autoridades responsáveis esperam englobar essa solicitação numa mudança profunda de toda a legislação relativa ao setor, face à brusca evolução do turismo nos Açores, que obriga a que a legislação seja toda adaptada à nova realidade. Há obrigações de qualidade, de serviço, de boas práticas ambientais, de valorização de tudo o que temos de único e nos distingue e de profissionalização a um nível elevado, que têm que ser enquadradas, sob pena de banalizarmos a nossa oferta.

A associação Casas Açorianas representa atualmente cerca de meia centena de unidades de turismo rural. Há espaço para esta tipologia crescer nos Açores?

Há espaço. É preciso é definir de uma vez por todas o que queremos como 'bandeira' do turismo nos Açores, sem começar - como já se começou - a facilitar, com o aparecimento pouco regulado de novas ofertas a quem quase nada se exige de característico e mesmo de serviço de proximidade, condições a que o TER está obrigado e desempenha com gosto.

Defende que o turismo em espaço rural é o mais genuíno dos Açores, no entanto, as dormidas nestas unidades ainda representam uma pequena percentagem do total de dormidas. O que falta para que esta tipologia ganhe mais espaço no arquipélago?

Face ao número de unidades e camas disponíveis nas unidades de turismo rural, o rácio é normal no conjunto da oferta de alojamento. O que acontece é que, como esses números são

pequenos face a toda a oferta convencional e novas tipologias, o número total de clientes é percentualmente baixo, mas significativo para a capacidade instalada. E no que se refere a custos, nas nossas unidades são mais elevados. É neste contexto que continuo a defender 'regras de jogo' mais justas e equitativas, para potenciar o aparecimento de mais unidades de turismo rural e de natureza.

Esteve recentemente na Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL). Continua a valer a pena marcar presença neste certame? Que resultados trouxe desta edição?

É o certame mais importante do País e onde se localiza o maior mercado para o destino Açores, pela proximidade e pela imagem que vem sendo consolidada da nossa oferta. E os Açores nunca poderão deixar de lá estar representados, têm sim de ir sempre repensando e atualizando a sua presença da forma mais concertada possível e com profissionalismo crescente. Há, também, que ir sempre repensando na participação num todo e não em 'capelinhas', que dispersam a atenção e em pouco beneficiam conjunto que é o destino. Como resultado desta edição, trouxemos a convicção de ter conseguido chegar a novos nichos de mercado e de ter motivado interesse declarado de vários meios de comunicação pela nossa realidade, desde bloggers, jornalistas da especialidade e de órgãos de comunicação generalistas, bem como de outras pessoas interessadas no fenómeno turístico não massificado e sustentável.